

Requalificações do Patrimônio Urbano: Algumas perspectivas

Doutoranda Alice Islabão Lopes

Bolsista CAPES

Resumo: O artigo apresenta uma reflexão acerca das Requalificações do Patrimônio Urbano. A recuperação das áreas centrais e dos espaços públicos passa a receber uma atenção especial dos governos em função de um novo conceito de desenvolvimento urbano, contudo, estas políticas tem sido pensadas sob diferentes aspectos: como instrumento de adequação das cidades às demandas do capital por novos espaços para sua reprodução muitas vezes acarretando em transformações que se sobrepõe as aspirações do próprio lugar, mas por outro lado, também pode se vincular a possibilidade de fortalecimento de identidades, expressão de sociabilidade e criação de lugares, a partir dos quais são reivindicados antigos e novos direitos de cidadania. Para a discussão, a metodologia utilizada foi de revisão bibliográfica, buscando vários autores para a construção de uma visão crítica sobre o assunto.

Palavras-chave: Requalificações, Patrimônio, Urbano.

Abstract: The article presents a reflection about the Requalifications of the Urban Patrimony. The recovery of central areas and public spaces now receives special attention from governments due to a new concept of urban development, however, these policies have been designed under different aspects: as an instrument to adapt cities to the demands of capital for new spaces for their reproduction, often resulting in transformations that overlap the aspirations of the place itself, but on the other hand, the possibility of strengthening identities, expressing sociability and creating places can also be linked, from which old and new citizenship rights. For the discussion, the methodology used was a bibliographic review, looking for several authors to build a critical view on the subject.

Key-Words: Requalifications; Heritage; Urban.

INTRODUÇÃO



A cidade em que vivemos é lugar de memória, sonhos, encontros, espaço de lutas, solidão, desigualdades e diferenças. É um lugar de ligação e de socialização entre os indivíduos e os grupos sociais. É também espaço de imaginação e de representação. Conforme Dencker, (2003) constitui o cenário e os bastidores onde transcorre a vida cotidiana em suas buscas e contradições. A cidade é uma soma de significados, dominados pelos cidadãos, que constituem referências para a memória e as culturas locais. As relações sociais referidas a um determinado lugar, estabelecidas por grupos e classes fazem surgir uma memória social. (VIEIRA, 2002). Essa memória social é abarcada pela cidade. Assim, “é essencial o cultivo da memória urbana, a cidade é um composto de pedras e tijolos acumulados, e de costumes e afetos praticados pela população urbana”. (CANEVACCI, 1990.p.17).

Nas cidades, os espaços públicos são lugares privilegiados para a vida coletiva, para a sociabilidade, a civilidade, a ordem pública. O espaço público é o lugar de encontro dos indivíduos uns com os outros, de encontro também com o exercício da cidadania, permitindo desenvolver e consolidar a vida em comunidade. São os espaços públicos que dão a qualquer conglomerado urbano a possibilidade de várias experiências espaciais, em termos de vivências humanas e de prazer estético, onde se possibilitam e se exercitam a escolha e a liberdade. (GRINOVER, 2007).

No entanto, na cidade contemporânea, o aumento da segregação espacial e a crescente desigualdade social têm sido agravados pelas políticas econômicas neoliberais, que preconizam cortes nos gastos públicos com programas sociais compensatórios. Este tem sido, segundo Borja (1998) o cenário para o incremento da violência, que acaba por criar um temor pelo uso do espaço público, por não ser um espaço considerado protegido ou protetor. Para ele, o espaço público, em alguns casos tem sido pensado somente como via de circulação, ou ainda, ocupado territorialmente por “classes perigosas”, como os imigrantes, os pobres e os marginais.

O medo da violência tem gerado respostas que acentuam a segregação das classes sociais, por meio do isolamento, da criação de espaços enclausurados para a moradia, o lazer e outras atividades. Criando-se assim cidades muros,



condomínios fechados, shopping centers. O outro lado dessa mesma moeda é a guetificação dos pobres, é um apartheid social e o declínio do espaço público, de encontro, do convívio com as diferenças, onde se expressa a diversidade, se produz o intercâmbio e se aprende a tolerância. (BORJA, 2003; CALDEIRA, 2004)

A “morte” do espaço público ou sua difícil sobrevivência nas cidades contemporâneas tem sido um tema recorrente nas análises que tratam das transformações do espaço urbano. A renovação dos centros históricos é relevante na prática do projeto urbano porque trouxe consigo as primeiras reflexões sobre como intervir na cidade existente e, fundamentalmente, porque foi uma transição da atenção do edifício-monumento para os espaços “entre” os prédios: do interior ao exterior, do edifício à rua, da arquitetura ao espaço público. (SERPA, 2013).

REQUALIFICAÇÕES PATRIMONIAIS: ALGUMAS DISCUSSÕES..

A noção de patrimônio urbano surge como detonador da renovação urbana durante os anos oitenta, alinhada com os ideais de recuperação dos valores simbólicos da cidade antiga. As primeiras intervenções começaram motivadas pelas declarações de patrimônio histórico da humanidade outorgadas a vários centros coloniais. (VESCINA, 2010)

Desta forma, os centros históricos das primeiras fundações coloniais que, de alguma maneira, tinham resistido à modernização, entraram em competição para integrar o grupo seletivo de sítios patrimoniais.

Por muitas décadas, os centros históricos das cidades latino-americanas sofreram um processo de degradação físico-ambiental e de esvaziamento, como consequência da descentralização de funções comerciais e de serviços, do incremento da cultura do automóvel, dos interesses imobiliários e de políticas habitacionais antiurbanas que levaram a uma desvalorização da “cidade antiga”. (VESCINA, 2010)

De acordo com Peixoto (2009), a recuperação física e ambiental ocorre especialmente nos centros históricos das cidades, pelo fato de que este tecido urbano é formado por habitações antigas, além de que a recuperação contribui para



o equilíbrio social, com atividades culturais e turísticas, e, portanto, a valorização e conservação de patrimônio localizado no centro é uma tarefa coletiva.

No entanto, deve-se ressaltar que a intervenção urbana decorre, na maioria das vezes, de decisões políticas, do poder público e setores do capital, favorecendo a especulação imobiliária e do capital financeiro e comercial.

Assim, a recuperação das áreas centrais e dos espaços públicos passa a receber uma atenção especial dos governos locais em função de um novo conceito de projeto urbano, baseado nas funções de centro financeiro, de consumo e entretenimento. Os espaços ganham características de exibição, de espetáculo. “A qualidade do espaço local ganha uma outra dimensão, aliada à mobilidade crescente do capital”. (VIEIRA, 2002).

Desta forma, as requalificações dos espaços tornam-se elementos importantes na competição entre cidades, atraindo capital e pessoas de classe média e alta. A articulação das intervenções urbanas com vistas à revitalização das áreas centrais das cidades tendem a torná-las convidativas do ponto de vista turístico e comercial, por meio da ressignificação social dos espaços urbanos (SERPA, 2013).

Gondim (2007) alerta ainda, que as requalificações seriam “estratégias” para disciplinar o consumo do espaço urbano, onde os usuários seriam selecionados pelo tipo de atividades promovidas nos espaços requalificados, incompatíveis com os recursos da população de baixa renda. Assim, o que em um primeiro momento pode muito se assemelhar a um processo de resgate de valores históricos, culturais e arquitetônicos, traz, junto, interesses de revalorização imobiliária, de investimentos e lucros.

Isto porque a revalorização, ao mesmo tempo em que pode introduzir melhorias no centro, pela recuperação física da área e seu embelezamento urbanístico e arquitetônico, pode também significar a exclusão de uma parcela significativa da sociedade, aquela parcela que não está adequada às exigências preconizadas para a área. (VIEIRA, 2002).

Gagliardi (2011), explica que as políticas de requalificação têm sido vistas como instrumento de adequação das cidades às demandas do capital por novos espaços para sua reprodução e, muitas vezes, tais transformações se sobrepõe as



aspirações do próprio lugar e, ainda, as requalificações do patrimônio histórico e cultural aliadas aos melhoramentos da infra-estrutura da malha urbana, propiciam um novo espaço atrativo às práticas de consumo cultural através da construção de centralidades em espaços degradados e marginalizados, transformando estes locais em segmentos de mercado, sendo que a apropriação cultural desses espaços se dá através do fluxo de capitais.

Essas transformações nos espaços, através das políticas de enobrecimento do espaço urbano ganham características de um mercado voltado para as classes mais altas, com serviços como restaurantes, galerias de arte, bares, lojas, resultando, em grande parte dos casos, em uma apropriação quase privada do espaço público.

O resultado é o acúmulo de tentativas que têm sido feitas em cidades de todo o mundo no sentido de recuperar antigas áreas de valor histórico e cultural que estão atualmente degradadas, mas que conseqüentemente quase sempre provocam a expulsão dos habitantes da área, principalmente nos casos de construções de centros culturais com o intuito de incrementar o turismo e inserir a cidade no mercado de bens simbólicos dentro da economia global.

Neste sentido, menciona Arantes (2009), que na requalificação de centros históricos tem prevalecido critérios de intervenção que reforçam a dimensão estética monumental e os sentidos alegóricos dos bens patrimoniais, uma estratégia econômica e com fins turísticos, tendo na imagem de seus centros históricos, agora renovados e polidos, um elemento fundamental de marketing. Nesse sentido, emerge novamente, a problemática da homogeneização urbana, que decorre justamente de iniciativas que visam meramente à imagem da cidade perante o mercado, o que contribui para promover uma espetacularização do espaço urbano. Isso ocorre porque o principal alvo desses tipos de intervenção é o turista, e não o habitante local: é a geração das chamadas cidades-museu ou cidades-espetáculo, inseridas em um processo denominado marketing ou branding urbano (JACQUES, 2008)

No entanto, algumas pesquisas têm apontado para os custos sociais da renovação dos centros antigos com ênfase na “imagem”, onde os mesmos acabariam servindo como figuração da realidade, dado seu caráter de espetáculo e



a qualidade urbanística dos seus espaços, frequentemente contrastando com o restante da cidade, representando uma ideia abstrata de qualidade de vida que os residentes não experienciam e com a qual, na maioria das vezes, não se identificam. Estão, por isso, mais orientados para funcionar como cartão de visita das cidades e menos como espaço onde uma identidade vivida e partilhada se desenvolve. (GONDIM, 2007).

Para (LUCHIARI, 2005, p. 95) “O patrimônio arquitetônico tornou-se, hoje, cenário revestido de valores mercadológicos, descompromissados com o passado e com o lugar [...].

Percebe-se que algumas das críticas aos projetos de requalificação urbana convergem na avaliação de que estes seriam incapazes de “ressuscitar” os lugares de convivência entre pessoas de classes e grupos sociais diferentes.

Por outro lado, em uma outra perspectiva, Gagliardi (2011) mesmo destacando a tendência do patrimônio enquanto espetáculo, e ainda, compreendendo o turismo como orientador das requalificações urbanas, pondera que o espaço urbano, por consequência das inúmeras oportunidades de uso e leitura que permite, pode ser percebido para além do espaço mercadoria.

Neste sentido, também Leite (2004) afirma que por mais que se condicione um espaço para uma utilização específica, e usuários selecionados, a possibilidade de reinventar usos e leituras da cidade permanecem. Assim sendo, a cidade pode então recusar a homogeneidade imposta por certos tipos de planejamento, pois enquanto algumas cidades permitem a transformação de seus significados históricos em um segmento de mercado, outras se recusam a denominar seu patrimônio de mercadoria cultural.

Assim, segundo Leite (2007) e Gagliardi (2011), a requalificação urbana, apesar de fortemente influenciada por interesses definidos pelo mercado de bens culturais, também pode se vincular a possibilidade de fortalecimento de identidades, expressão de sociabilidade e criação de lugares, a partir dos quais são reivindicados antigos e novos direitos de cidadania, inclusive os de participar de decisões que afetam diretamente bairros, praças, ruas.

Segundo VIEIRA, existe uma tendência nas análises, em considerar a globalização como um fato invariavelmente incontestável. O autor alerta ainda, para



o cuidado que precisa ser tomado para não se colocar no mesmo nível questões de natureza diferenciadas. “Assim, embora a tendência à globalização seja, de fato, observável em quase todos os elementos do real, é preciso não atribuir a ela ações que tem origem em outros fundamentos”.

A verificação de uma homogeneização dos produtos e do consumo não pode ser vista sem as nuances peculiares de cada caso. Nem tudo é produto e consumo globalizado. Há o lugar e toda a gama de relações que na maior parte das vezes se apresenta como uma contestação ao global, a partir de uma reafirmação de valores particulares. Mesmo quando se verifica a tendência à homogeneização, trazida pela globalização, verifica-se que sua ocorrência apresenta pequenas variações impostas pelas idiossincrasias do lugar. Além do mais, o lugar é propriamente o território onde se verifica, em concreto, o global, e ele não se produz nem se consome sem a ocorrência dos fatores eminentemente locais, que lhe dão sentido concreto e real.

Conforme (YÁZIGI, 2004, p. 45) “[...] ainda que dois lugares possam ter os mesmos ingredientes, a disposição de suas formas pela comunidade produz algo necessariamente diferente. É quando a ordem dos fatos altera o produto. Homem apaixonado pelo meio cria a alma do lugar”.

Lefebvre (1991) ao tratar a produção do espaço afirma que: o que sustenta, determina e conduz a produção (e reprodução) do espaço é a confluência de oposições entre como é percebido, concebido e como é vivido o espaço, pelos diversos agentes sociais em interação.

Uma das principais características do espaço é a possibilidade da existência de multiplicidade e narrativas, onde há a coexistência entre o encontro e as trajetórias e onde acontece ou não o conflito. Deste modo, a cidade, oferece uma diversidade de leituras.

Segundo Lima (2004), Os espaços públicos anteriormente destinados às trocas de sociabilidade não devem passar à condição de representação de um espaço artificial, desvinculado dos residentes e usuários, sem considerar as tradições e as identidades locais.

Assim, percebe-se que as vivências, os usos e os signos, são também fatores determinantes da permanência física dos lugares no espaço urbano, ao



contrário do que se imputa às ações, intervenções e planos urbanísticos como seus únicos determinantes.

Vaz e Jaques (2003) vêem na cultura local a principal forma de diferenciação entre os lugares em tempos de standardização e homogeneidade, uma forma de individualização e acentuação da identidade do local:

“A globalização atual de mercados culturais não quer dizer necessariamente uma globalização da cultura, no sentido nobre e completo do termo. Felizmente a humanidade continua sendo uma máquina de produzir diferenças e, se por um lado, a globalização uniformiza os mercados culturais, por outro, ela causa a exclusão de uma grande parte da população mundial desses mercados e, assim, acaba indiretamente fomentando diferenças culturais e identidades próprias localizadas. (2003, p. 133).

Entende-se assim, que é necessário ampliar o leque de reflexão, discussão e compreensão sobre o tema requalificações patrimoniais, com ênfase na sua relação com o local. De acordo com Fonseca, (2005), o trabalho de seleção, valorização, preservação e reutilização do patrimônio deve prioritariamente primar pela participação da população local, buscar sempre uma forma de envolvê-la, permitindo-lhe a consciência de si mesma e a revitalização das tradições. Mas:

A democratização da apropriação não deve, no entanto, ser entendida como mera difusão das significações produzidas pelos agentes institucionais, como observa Roger Chartier, uma abordagem que leve em conta a complexidade do processo de recepção vai chamar a atenção para os usos diferenciados que são feitos dos mesmos bens, o que possibilita, inclusive, sua apropriação diferenciada pelos grupos sociais, mesmo



em situação de desigualdade econômica e social (FONSECA, 2005, p. 45).

Ainda segundo a autora, no caso do patrimônio, não basta selecionar criteriosamente um conjunto de bens. É preciso haver sujeitos dispostos e capazes de funcionarem como interlocutores dessa forma de comunicação social, seja para aceitá-la como é proposta, seja para contestá-la, seja para transformá-la.

CONCLUINDO SEM CONCLUIR...

Ao contrário de apontar respostas, o presente artigo propôs algumas reflexões a respeito da cidade contemporânea e as políticas de requalificações patrimoniais.

Fica evidente que a sociedade atual contemporânea, global, é marcada por interesses do capital, baseada no consumo desenfreado, na imagem, no espetáculo, onde questões como cultura, patrimônio, não escapam a lógica global da mercantilização.

Ainda assim, percebe-se que as políticas de requalificações patrimoniais ao mesmo tempo que pode ajudar no processo de homogeneização dos locais, também pode ser ocasião de reconstrução de identidade dos mesmos.

Diante disso, pressupõe-se que toda intervenção, independentemente da categoria a que pertença, deve buscar a linguagem simbólica que, de acordo com a cultura local e grupos sociais existentes, contribua para que os atuais e futuros usuários identifiquem-se com o espírito do lugar existente, ou seja, que as políticas sejam elaboradas de acordo com as necessidades da população, bem como suas especificidades.



É prioritário que se busque e garanta a participação da mesma, tanto na formulação quanto na implantação das políticas, para que parta da sociedade as ideias que nortearão a ação do poder público.

Neste ínterim, é necessário um processo constante de diálogos e sensibilização, em busca à efetivação do direito a seleção, ao usufruto e a preservação do patrimônio urbano. Sensibilização esta, não apenas da população, mas também da gestão pública ou seja, é imprescindível a parceria entre a sociedade em geral e o Governo, cada qual assumindo suas responsabilidades.

REFERENCIAS

ARANTES, O. **“Uma estratégia fatal: A cultura nas novas gestões urbanas”**. In ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. A Cidade do Pensamento Único: Desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2000.

ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia (org) (2002), **A Cidade do Pensamento Único: Desmanchando Consensos**, Petrópolis, Vozes.

BORJA, Jordi . **El espacio público: ciudad y ciudadanía**. Madrid, Electa. (2003).

CALDEIRA, Teresa . **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**, São Paulo, Edusp.2002

Centro de São Paulo: sobrevivência do capitalismo e apropriação do espaço
DENCKER, Ada de Freitas. **Hospitalidade: Cenários e Oportunidades**. São Paulo: Thomson, 2003.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Minc-Iphan, 2005

FRÚGOLI JR., H. **Centralidade em São Paulo: Trajetórias, conflitos e negociações na metrópole**. São Paulo: EDUSP, 2006.

GAGLIARDI, Clarissa Maria. **Intervenções Urbanas e Dinâmica Local: O processo de Requalificação do Centro Histórico de Genova ,Itália**. Tese de Doutorado: PUC, São Paulo, 2011.

GONDIM, Linda M. P. **O Dragão do Mar e a Fortaleza Pós-Moderna: cultura, patrimônio e imagem da cidade**. São Paulo: Annablume, 2007.

JACQUES, P. B. **Espetacularização urbana contemporânea**. In: FERNANDES, A.; JACQUES, P. B. (Org.) Territórios urbanos e políticas culturais. Cadernos PPG – AU FAUFBA, ano II, nº especial, p. 23-30, 2004.

LEFEBVRE, Henri. **O direito a cidade**. São Paulo: Moraes, 1991

LEITE, Rogerio P. (2004). **Contra-usos da Cidade: Lugares e Espaço Público na Experiência Urbana Contemporânea**, UNICAMP / UFS, Campinas / São Cristóvão.

LEITE, Rogério Proença. **A exaustão das cidades: antienobrecimento e intervenções urbanas em cidades brasileiras e portuguesas**. RBCS, v. 25 n. 72, fev. 2010.

LIMA , Elaine Ferreira (2007), **“Velhos Centros, Novas Centralidades: políticas de enobrecimento urbano e usos do espaço público”**, Scientia Plena, v. 3, 5. Disponível em: www.scientiaplena.org.br



LIMA , Evelyn Furquim Werneck (2004), “**Configurações urbanas cenográficas e o fenômeno da ‘gentrificação’** ”, Texto Especial Arqtextos, 46. Disponível em: [http:// www.vitruvius.com.br/arqtextos/arg046/arg046_03.asp](http://www.vitruvius.com.br/arqtextos/arg046/arg046_03.asp)

LUCHIARI, M^a. Tereza Duarte Paes. **A Reinvenção do patrimônio arquitetônico no consumo das cidades**. In: Geosp – Espaço e Tempo, São Paulo, N^o 17, 2005. Tese de doutorado– Rio Claro .UNESP,2002

VAZ, L. F.; JACQUES, P. B. “**A Cultura na Revitalização Urbana: Espetáculo ou participação?**”. Espaço e Debates. São Paulo: v.23, 2003

VIEIRA, Sidney Gonçalves.**O centro vive. O espetáculo da revalorização do Centro de são Paulo: sobrevivência do capitalismo e apropriação do espaço**
Tese de doutorado– Rio Claro .UNESP,2002

VIEIRA,Sidney Gonçalves. **A memória da cidade e o lugar**. I seminário de estudos urbanos e regionais ,I colóquio internacional sobre as cidades do prata [Geografia Urbana e Histórica da Formação Territorial na Região do Rio da Prata nos Séculos XVII a XIX]

